

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: A IMPORTÂNCIA DO SEU ESTUDO

Jaime Raposo Costa

A “Carta” que Pero Vaz de Caminha dirigiu ao Rei de Portugal, D. Manuel, com data “Deste Porto Seguro da vossa ilha da Vera Cruz. Hoje, sexta-feira, primeiro dia de Maio de 1500, a relatar “a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou”, embora seja citada com frequência, é muitas vezes apenas lida superficialmente. Por essa razão, continuam a circular até hoje, por aqui e por ali, erros sobre esse acontecimento histórico e distorções sobre a interpretação desse texto.

A título de curiosidade, vou-me debruçar sobre 4 pontos, possivelmente os mais polêmicos e que merecem ser comparados com o texto original da “Carta”.

1. A data do Descobrimento do Brasil

Até os finais da primeira metade deste século, ainda era habitual comemorar o Descobrimento do Brasil no dia 3 de Maio. As causas do erro dividem-se entre a tradição católica e uma equivocada correção de calendário, que teve posteriormente o respaldo de Varnhagen, e a marcação da data que deu início aos trabalhos de várias legislaturas brasileiras. Estas premissas acabaram por se sobreporem ao testemunho do cronista da viagem de Pedro Álvares Cabral já que a leitura da “Carta” permite facilmente concluir que a costa brasileira foi avistada a 22 de Abril.

A “Carta” de Pero Vaz de Caminha andou perdida durante três séculos e, portanto, na falta de um documento de referência, a tradição ligou o a-

chamento da “Terra de Vera Cruz” ao dia da “Invenção da Santa Cruz”, que, no calendário católico, se comemora a 3 de Maio. Ao ser publicado em 1817 o original do texto de Caminha, o então tradicional 3 de Maio e a verdadeira data de 22 de Abril mereceram a atenção de alguns eruditos, entre os quais o General Beaurepaire Rohan, a quem ocorreu que a conciliação da divergência podia ser obtida substituindo o calendário de Júlio César, que fora introduzido em 46 a.C., pelo calendário adotado por Gregório XIII em 1582. Assim, após alguns cálculos que posteriormente foram considerados equivocados, o dia 22 de Abril do calendário Juliano passou a ser o 3 de Maio pelo calendário Gregoriano. Varnhagen em 1854 escreveu na sua História Geral do Brasil, referindo-se a Cabral:

“Nas instruções escriptas que recebeu, e das quais chegaram a nossas mãos alguns fragmentos da maior importância, foi-lhe recomendado que na altura de Guiné se afastasse quanto possesse d’Africa, para evitar suas morosas e doentias calmas. Obediente a essas instruções, que haviam sido redigidas pelas insinuações do Gama, Cabral se foi amarrando d’Africa, e naturalmente ajudado a levar pelas correntes oceanicas ou pelagicas, quando se achava com mais de quarenta dias de viagem, aos 22 de Abril, avistou a loeste terra desconhecida”.

Mas na sua edição de 1877 da mesma História, defendeu nos seguintes termos a correção de 22 de Abril para 3 de Maio:

“A esquadra aproximou-se da costa no dia immediato. O capitão-mór mandou um batel a terra; o qual, remando para uma praia em que havia gente tentou communicar com ella. Mas baldados foram os esforços dos interpretes de línguas africanas e asiáticas que iam no batel para se fazerem entender. Assim o primeiro trato com aquella gente se reduziu a algumas dádivas ou escambos feitos de parte a parte, e mediante as costumadas prevenções. Isto tinha lugar no dia 23 de Abril, cujo aniversário (em virtude da correccão Gregoriana em 1582) se deve celebrar dez dias depois, isto é, a 3 de Maio, conforme entre nós efetivamente se admite”.

Mas a institucionalização de 3 de Maio, como data do Descobrimento do Brasil, ficou-se possivelmente a dever à aprovação desse dia para abertura anual dos primeiros trabalhos legislativos brasileiros, decisão que perdurou entre a instalação da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823 e a Constituição de 1937. Em 1939, Luís Alves de Oliveira Bell, que se preocupou com este assunto, sublinhou que “Esse erro atravessou todo o Império e entrou na República pela Constituição de 1891 e foi mantido nas constituições subsequentes de 1934 e 1937 e continuará naturalmente, “per omnia seculo seculorum”, si não houver um patriótico e pertinaz esforço para

corrigir, oficialmente, a sua retificação”. A Constituição de 1946 alterou finalmente o início do ano legislativo e assim se corrigiu um erro oficializado durante 113 anos.

A rápida consulta que fizemos aos Anais das Sessões Preparatórias da instalação da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil levou-nos a concluir que, contrariamente a outras opiniões, não foi na Sessão Preparatória de 30 de Abril de 1823 que se estabeleceu essa data, mas sim na seguinte Sessão Preparatória de 1 de Maio na ata da qual podemos ler: “Feita a nomeação, seguiu-se o marcar do dia da instalação da assembléia; e fallando alguns dos Srs. Deputados decidiu-se que fosse o dia 3 de Maio, por ser já distincto na História do Brasil”.

Uma leitura do texto que Pero Vaz de Caminha enviou a D. Manuel não deixa porém dúvidas sobre o dia em que a armada de Pedro Álvares Cabral avistou o Monte Pascoal. Escreve Caminha: “E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas da Páscoa, que foram vinte e um dias de Abril, estando da dita ilha obra de seiscentas e sessenta ou seiscentas e setenta léguas, segundo os pilotos diziam, topámos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E, quarta-feira seguinte, pela manhã topámos aves a que chamam fura-buxos.

Neste dia, a horas de véspera, houve vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs o nome — o *Monte Pascoal* — e à terra — *A Terra da Vera Cruz*”.

Isto quer dizer, salvo uma melhor interpretação, que Cabral encontrou a 21 de Abril, no mar e no ar, sinais de terra; e que, no dia seguinte, 22 de Abril, entre as 15 horas e o pôr do sol avistou as terras da “Vera Cruz”. A continuação do texto de Caminha informa ainda que a frota cabralina fundeou a 23 em frente ao Monte Pascoal e que só no dia 24 de Abril entrou em Porto Seguro.

2. As teses sobre o Descobrimento do Brasil

Há duas teses que procuram explicar o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral:

- a) a Tese da Casualidade da descoberta, que defende que a esquadra de Cabral saiu de Lisboa e quando navegava perto das ilhas do arquipélago de Cabo Verde foi surpreendida — e aqui há variantes — por uma calmaria ou por uma tempestade. E que, em consequência de um desses fatores, a frota portuguesa teria sido levada, por acaso, para as costas brasileiras.
- b) a Tese da Intencionalidade, que apresenta a viagem de Pedro Álvares Cabral na rota do Brasil e a caminho da Índia como o ponto final de um

plano complexo de percursos marítimos que interessaram Portugal no decorrer de todo o século XV.

Não vamos aqui tratar da Tese da Intencionalidade da Descoberta do Brasil por Cabral. Mas julgamos que ninguém contestará que o ponto de partida para o estudo dos primeiros acontecimentos que se relacionam com o “achamento” do Brasil em 1500 é “A Carta” de Pero Vaz de Caminha. Será, pois, lógico pensar que a leitura da “Carta” que Vaz de Caminha escreveu a D. Manuel I poderá ser então o ponto de partida para se fundamentar a Tese da Casualidade dessa Descoberta. Não é. A “Carta” de Caminha não só abala profundamente a teoria do acaso na rota que trouxe Cabral ao “achamento desta terra nova” como corrige, inclusive, alguns erros dessa versão popular. Vamos mais uma vez seguir Pero Vaz de Caminha:

“A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi, segunda-feira, 9 de Março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e as nove horas nos achámos entre as Canárias, mais perto da Gran-Canária, onde andámos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, houve-mos vista das Ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da ilha de S. Nicolau, segundo o dito Pêro Escobar, piloto”.

“Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse, mas não apareceu mais. E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que...”.

Então, recapitulando: Pedro Álvares Cabral inicia a segunda viagem portuguesa à Índia no dia 9 de Março de 1500. E treze dias depois, a 22 de Março, a armada entra a navegar nas águas da ilha de S. Nicolau, no arquipélago de Cabo Verde. Na manhã do dia seguinte, o Capitão-Mór deu por falta da nau de Vasco de Ataíde, que se desgarrou da frota. Pedro Vaz de Caminha noticia em termos lacônicos o desaparecimento do navio que estava sob o comando de Vasco de Ataíde, “sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse”. E, com tranquilidade, continua a referir os sucessos da viagem até o avistar do litoral brasileiro sem qualquer indicação que nos leve a supor que a armada tenha chegado dispersa à costa baiana.

Não se entende, então, que este homem relate, sem uma palavra de tristeza, de lamento, de preocupação ou de entrega a Deus, a perda de uma nau e dos seus companheiros de viagem. E chega a ser de rotina a atenção que ele dedica às buscas empreendidas pelo Comandante para encontrar o navio desaparecido: “fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte mas não apareceu mais”. A indiferença do cronista em relação ao destino da nau de Vasco de Ataíde não é compatível com a formação de Pero Vaz de Caminha, um homem profundamente religioso, sensível à bondade e à beleza

do índio e preocupado com a precisão e o pormenor, como facilmente se deduz da leitura de outras passagens da “Carta”.

Não há como vimos na missiva de Pero Vaz de Caminha qualquer indicação que nos leve, portanto, a admitir que a frota de Cabral tenha chegado dispersa à costa brasileira. Nem isso parece aceitável, já que o cronista não cita qualquer tempestade no percurso entre a última ilha do arquipélago de Cabo Verde e o Brasil. Depois de avistar terra, Caminha passa a descrever com pormenores as manobras de fundação, o Monte Pascoal e a ida à terra de Nicolau Coelho que, ao chegar à boca de um rio, encontrou “homens todos nus”. Por ser tarde, Nicolau Coelho voltou para bordo. E nessa noite — narra o cronista — “ventou muito e caíram grandes aguaceiros de tal maneira que a armada foi obrigada a levantar ancora e navegar ao longo da costa na tentativa de encontrar um pouso seguro para as naus...”.

E prossegue Caminha: “E, velejando pela costa, acharam os ditos navios pequenos, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada”. A leitura da “Carta” de Pero Vaz de Caminha leva-nos, portanto, à conclusão de que a tempestade que levou Pedro Álvares Cabral a procurar um porto seguro para ancorar a armada se levantou depois que o Comandante avistou terras brasileiras.

Uma outra versão sobre a descoberta do Brasil, menos corrente, mas também pouco convincente, seria a de que a frota cabralina foi surpreendida por uma grande calmaria que desviou a armada do rumo inicialmente traçado para a viagem à Índia e a trouxe até às terras de Vera Cruz. Mas a única calmaria a que se refere Pero Vaz de Caminha é quando a armada estava ainda à vista das ilhas Canárias: “... nos achámos entre as Canárias, mais perto de Gran Canária, onde andamos todo aquele dia em calma, à vista delas...”. Pero Vaz de Caminha não refere qualquer calmaria no trajeto entre S. Nicolau e a chegada à vista do Monte Pascoal. Caminha transmite-nos, inclusive, uma idéia de retomada de rota — o que pressupõe ventos favoráveis — depois de prosseguirem as tentativas de encontrar a nau perdida nas águas de Cabo Verde. Escreve o cronista: “E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que...”. Portanto, parece demonstrado que a leitura da “Carta” de Pero Vaz de Caminha não oferece fundamentos que permitam afirmar que a chegada de Cabral a Porto Seguro tenha sido uma obra de tempestades ou de calmarias.

3. A terra é boa, nela em se plantando tudo dá

Uma frase que é frequentemente atribuída a Caminha é, a terra é boa, nela em se plantando tudo dá.

A frase que, realmente, Pero Vaz de Caminha escreveu tem um sentido mais amplo e valoriza não só o clima brasileiro como a riqueza das suas águas.

O texto de Caminha é: “Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa (subentende-se a terra) que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.”

4. Empreguismo e corrupção

O quarto e último ponto está ligado à idéia de que “empreguismo” e “corrupção” começam no Brasil com Pero Vaz de Caminha. Segundo uma versão muito popularizada, o cronista, ao terminar a sua “Carta”, teria solicitado ao Rei de Portugal emprego para um parente. Isso não é correto. Na verdade Caminha pede apenas ao Rei de Portugal clemência para o genro, Jorge de Osório, que se encontrava degredado de Portugal.

Este genro de Pero Vaz de Caminha fora preso por duas vezes: uma ocasião, por ter roubado pão e vinho, carne, galinhas e outras coisas ao abade de Rio de Moinhos; a segunda detenção, por ter ferido o abade João Lopes. O réu reincidente Jorge Osório, casado com a única filha do cronista, Isabel, com quem teve três filhos, tinha sido condenado pela justiça real ao degredo em São Tomé. O avô das crianças, Pero Vaz de Caminha, roga, portanto, ao Rei de Portugal, em três linhas, uma mercê para o pai de seus netos: “peço que, por me fazer graça especial, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge Osório, meu genro — o que d’Ela (Vossa Alteza) receberei em muita mercê”. Em lugar do “empreguismo” ou da “corrupção” Caminha deixava no Brasil a boa semente dos brandos costumes portugueses que aqui tão bem frutificou na tolerância brasileira.

Conclusão

A “Carta” de “Achamento” do Brasil é um documento que pertence à História do Brasil. Pero Vaz de Caminha era um homem de qualidade social e profissional que frequentava a corte portuguesa; era um europeu culto, com os olhos e os ouvidos abertos para as revelações do Novo Mundo. A sua cultura e a sua curiosidade antropocêntrica levaram-no a dedicar 9/10 da “Carta” à observação do índio tupiniquim neste seu breve contato com os portugueses. Mas, enquanto observou os caracteres físicos, os gestos, os hábitos, a indumentária, os adornos e o tipo de convivência social deste novo homem, Caminha preocupou-se também e ainda que superficialmente, com o seu tipo de alimentação e com a sua economia e procurou conhecer a sua arte e as suas crenças. E não podemos interpretar a postura do cronista como uma atitude de simples curiosidade humana em face das novidades. Pero Vaz

é, pelo seu texto, um homem prático que junta informações para poder sugerir ao Rei de Portugal o que seria possível fazer, de imediato, nesta terra e com esta gente. A convivência de Caminha com o índio brasileiro processou-se num curto espaço de 7 dias e o contato foi geralmente feito à distância. Mas nem por isso o texto deixa de ser um importante ponto de partida para o estudo deste encontro de civilizações porque a “Carta” é a primeira notícia que o “Velho Mundo” recebe do “Novo Mundo”, especialmente se tivermos em consideração que Cristóvão Colombo morreu convicto de que tinha alcançado a Índia pela rota do Ocidente.

O original da Carta de Pero Vaz de Caminha esteve perdido por aproximadamente 300 anos e só em 1817 o padre Manuel Aires Cabral a publicou integralmente. Em 1943, o historiador Jaime Cortesão editou um estudo profundo sobre esse importante documento, cujo original está em Lisboa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, gaveta XV, maço 8, nº 2. Mas hoje há várias edições acessíveis ao público, entre as quais indicamos a “Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil”. Estudo introdutório e notas de Maria Paula Caetano e Neves Águas. Publicações Europa América; e Pêro Vaz de Caminha. Carta a el-rei D. Manuel. Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

Bibliografia

- BELLO, Luis Alves de Oliveira. *A descoberta do Brasil não foi obra do acaso. A sua verdadeira data.* Imprensa Naval. Rio de Janeiro. 1939.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a el-rei D. Manuel.* Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. 1974.
- CAMPANHOLA, Adriano e Hilton Lobo. *Constituições do Brasil.* Compilação e atualização dos textos, notas, revisão e índices de Atlas. 1983.
- Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil.* Estudo introdutório e notas de Maria Paula Caetano e Neves Águas. Publicações Europa-América.
- COSTA, Jaime Raposo. *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.* Thesaurus.
- GUERREIRO. *A Carta de Pero Vaz de Caminha lida por um etnógrafo.* Belmonte. 1985.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil.* Revista e completada por Joaquim Ribeiro. Livraria Francisco Alves. 18ª edição. 1964.
- Sessões Preparatórias das Assembléias Constituintes de 1823 e 1829.* Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. 1986.
- VARNHAGEN. *História Geral do Brazil, esto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em sua presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda.* LLCCCIV. Ache-se no Rio de Janeiro, em casa de E. H. Laemmert. Rua da Quitanda.
- VARNHAGEN. *História Geral do Brazil.* Antes da sua separação e independência de Portugal. 2ª edição. Rio de Janeiro. Em casa de E. H. Laemmert. Rua do Ouvidor.